

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.068 - MG (2019/0223562-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : ROGERIO MARCIO LAGES JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 59, CAPUT, I E II, 68, CAPUT, 121, § 2º, I E IV, E 344, TODOS DO CP; E 1.025 C/C O 3º, AMBOS DO CPP. PLEITO DE EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. IDONEIDADE NO AFASTAMENTO DE PARTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVADAS PELO JUÍZO SENTENCIANTE. ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE PROPORCIONALIDADE E DE RAZOABILIDADE. VERIFICAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCRICIONARIEDADE DO JUÍZO. PRECEDENTES. PARECER DESFAVORÁVEL DO MPF.
Recurso especial desprovido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público de Minas Gerais**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local na Apelação Criminal n. 1.0024.17.052227-0/001.

Consta dos autos que, na sentença de fls. 726/748, o Juízo de primeiro grau condenou o recorrido, Rogério Márcio Lages Júnior, à pena privativa de liberdade de 19 anos, 2 meses e 7 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 15 dias-multa, como incurso nas iras dos arts. 121, § 2º, I e IV, c/c 65, I; c/c o 344, c/c o 65, I, todos do Código Penal; na forma do 69, também do Código Penal.

Inconformada com os termos do édito condenatório singular, a defesa interpôs recurso de apelação (fls. 772/781).

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso defensivo, redimensionando as reprimendas do recorrido a 13 anos, 7 meses e 22 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 11 dias-multa (fls. 837/850).

APELAÇÃO CRIMINAL - HOMICÍDIO QUALIFICADO - CASSAÇÃO DO JULGAMENTO - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS

Superior Tribunal de Justiça

PROVAS DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - REDUÇÃO DA PENA-BASE - VIABILIDADE - JUSTIÇA GRATUITA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- A cassação de veredicto popular ao argumento de ser manifestamente contrária às provas dos autos somente é admitida quando for a decisão "escandalosa, arbitrária e totalmente divorciada do contexto probatório".

- O exame deficiente das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP deve redundar em sua correção pela Instância Revisora, impondo-se a redução da reprimenda.

- Compete ao juízo da execução a análise acerca do pedido de isenção das custas processuais.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente (fls. 856/863), foram rejeitados (fls. 868/871).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MÉRITO JÁ ANALISADO - OBSCURIDADE NÃO DEMONSTRADA - EMBARGOS REJEITADOS.

- Os embargos de declaração se prestam a sanar obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão no acórdão e, não para rediscutir matéria de mérito anteriormente analisada e desprovida.

No presente recurso especial, é suscitada a negativa de vigência ao disposto nos arts. 59, *caput*, I e II, 68, *caput*, 121, § 2º, I e IV, e 344, todos do Código Penal; e 1.025 c/c 3º, ambos do Código de Processo Penal.

Assevera o recorrente, de início, que *o acórdão recorrido padece de manifesto equívoco, por ocasião da inflição da reprimenda imposta ao acusado, em sede de reestruturação da pena, na primeira etapa da dosimetria (fls. 652v/653), porquanto ali constou o reconhecimento de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao acusado, omitindo, destarte, a observância do critério a ser adotado, considerando-se a pena a ser imposta, entre o quantum mínimo e o máximo previsto em lei, donde os maus antecedentes e os motivos do crime serviram para majorar a pena nesta fase, sendo que reportada majoração perfez tão somente o montante de 15 (quinze) anos de reclusão, ou seja, 3 (três) anos de reclusão, além do mínimo legal, sendo certo que são oito as circunstâncias judiciais passíveis de serem consideradas, ou seja, o aresto deixou de observar critério mais justo e objetivo, ensejando, destarte, a interposição do presente recurso* (fl. 893).

Destaca, no ponto, que, *o Tribunal de origem encampou parcialmente as razões de decidir do Juiz de 1.º grau na fundamentação da pena -base, reconhecendo*

Superior Tribunal de Justiça

como negativos os antecedentes e os motivos do delito. [...] Destarte, plausível a fixação do aumento da pena -base, em razão da existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, em 16 anos e 6 meses de reclusão (2 anos e 3 meses para cada circunstância judicial negativa). [...] Na segunda fase, ausente agravante e presente a circunstância atenuante da menoridade relativa, a pena deve ser reduzida em 1/6, concretizando-se em 13 (treze) anos e 9 (nove) meses de reclusão. [...] Como corolário, torna-se necessário corrigir o acórdão, fixando o aumento da pena -base no patamar de 1/8, em razão da existência de cada circunstância judicial desfavorável ao réu, sob pena de contrariedade aos artigos 59, caput, e incisos I e II, e 68, caput, do Código Penal (fls. 897/898).

Expõe, ainda, que bem como ocorreu no delito de homicídio qualificado, o acórdão recorrido mostrou-se equivocado, pois, não obstante tenha reconhecido 2 (duas) circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu (maus antecedentes e circunstâncias do crime), elevou a pena -base da coação moral no curso do processo em apenas 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias, o que totalizou uma pena -base de 1 (um) ano, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, fazendo incidir o aumento em quantum não suficiente para punir e prevenir a prática criminosa. [...] Portanto, nos mesmos termos do que foi anteriormente explicitado quanto ao delito de homicídio qualificado, o quantum de aumento das circunstâncias judiciais da coação moral no curso do processo deverá ser de 1/8 (um oitavo) para cada circunstância judicial desfavorável ao réu, devendo ser calculada, esta fração, sobre a diferença entre o mínimo e o máximo da reprimenda abstratamente convencionada pelo legislador, o que importa no acréscimo de 9 (nove) meses na pena -base imposta ao recorrido, perfazendo o montante de 1 (um) ano e 9 (nove) meses de reclusão na pena -base. [...] Na segunda fase, ausente agravante e presente a atenuante da menoridade relativa, a pena deverá ser reduzida de 1/6, perfazendo o quantum de 1 (um) ano, 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão. [...] Destarte, havendo o concurso material de crimes, a pena derradeira restará estabelecida no montante de 15 (quinze) anos, 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, como forma de imposição de reprimenda mais justa e efetiva, atentando à gravidade concreta do crime perpetrado, utilizando-se de critério objetivo para tanto, diversamente do que procedeu o julgado recorrido (fls. 899/900).

Superior Tribunal de Justiça

Pede o conhecimento e provimento do recurso, para que sejam exasperadas as penas-base nos termos propostos.

Oferecidas contrarrazões (fls. 906/908), o recurso especial foi admitido na origem (fls. 913/915).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento da insurgência (fls. 926/928).

RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. DOSIMETRIA DA PENA. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 59, I E II, 68, CAPUT, 121, § 2º, I E IV E 344 DO CP; E ARTS. 1.025 DO CPC C/C 3º DO CPP.

-A revisão do *quantum* de aumento das penas-base somente é cabível na hipótese de flagrante falta de fundamentação e desproporcionalidade.

Pelo não provimento.

É o relatório.

No que se refere ao presente pedido de exasperação das penas-base, extrai-se do combatido aresto a seguinte razão de decidir (fls. 846/849 – grifo nosso):

[...]

- Da reprimenda.

Assiste razão a d. Defesa quando pugna pela redução das penas -base aplicadas.

- Crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I e IV, do CP).

Compulsando a r. sentença, verifico que o Juiz sentenciante, depois de analisar as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, considerou como desfavoráveis a Rogério a sua culpabilidade, os seus antecedentes criminais, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.

Pois bem, quanto a culpabilidade, que se revela como sendo um juízo de reprovação que recai sobre o agente imputável, a meu ver, já se encontra, *in casu*, inserida na conduta delitiva, ou seja, faz parte integrante do próprio tipo penal, não constituindo maior reprovação.

No que pertine aos antecedentes criminais do acusado, das CAC's de fls. 537/539 e 540/542 constata-se que muito embora Rogério tenha contra si condenações criminais, elas só tiveram o trânsito em julgado após os presentes fatos (05/09/2013).

Entendo que para o reconhecimento dos maus antecedentes pode ser levada em consideração a condenação transitada em julgado (exceto a que configure a reincidência), bem como o processo criminal em curso.

Assim já se posicionou o eg. Superior Tribunal de Justiça, firmando orientação no sentido de que a condenação por fato anterior, com trânsito em julgado posterior ao delito em exame, autoriza a caracterização de maus antecedentes, sem que isso configure ofensa ao princípio da presunção de inocência ou do non

Superior Tribunal de Justiça

bis in idem, confira- se:

"(...) A condenação por fato anterior, mas com trânsito em julgado posterior ao crime em análise, justifica o reconhecimento dos maus antecedentes. Precedentes." (STJ. FIC 222.869/DF, Rel. Minº. Laurita Vaz, 59 T, DJe 01/07/2013).

Quanto aos motivos do crime, consoante reconhecido pelo Tribunal do Júri, trata-se de motivo torpe, pois o acusado Wilkerson não se conformava com o novo relacionamento amoroso de sua ex- companheira com a vítima.

Para macular as circunstâncias do crime, o d. Juiz sentenciante considerou o fato de o acusado ter usado arma de fogo sem registro para a prática criminosa. Acontece que por se tratar de delito autônomo (porte ilegal de arma de fogo), aplica-se o princípio da consunção, pois o acusado utilizou tal apetrecho para matar a vítima.

Também não se deve falar que as consequências do crime são negativas, pois a morte da vítima é inerente ao delito de homicídio e o fato de ela ter apenas 21 anos não pode ser utilizado para macular esta circunstância judicial.

Por fim, a meu ver, **o comportamento da vítima deve ser considerado neutro, pois ela não provocou ou facilitou a prática do crime.**

Desta forma, **presentes duas circunstâncias desfavoráveis, reduzo a sua pena -base para 15 (quinze) anos de reclusão.**

Na segunda fase, ausentes agravantes e presente a atenuante de menoridade relativa, reduzo a pena para 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Por fim, à mingua de causas de aumento ou de diminuição, concretizo a reprimenda em 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

- Crime de coação moral no curso do processo (art. 344, do CPB).

Compulsando a r. sentença, verifico que o Juiz sentenciante, depois de analisar as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, considerou como desfavoráveis a Rogério a sua culpabilidade, os seus antecedentes criminais, as circunstâncias do crime e o comportamento da vítima.

Pois bem, **quanto a culpabilidade, que se revela como sendo um juízo de reprovação que recai sobre o agente imputável, a meu ver, já se encontra, in casu, inserida na conduta delitiva, ou seja, faz parte integrante do próprio tipo penal, não constituindo maior reprovação.**

No que pertine aos antecedentes criminais do réu, das CAC's de fls. 537/539 e 540/542 constata-se que muito embora Rogério tenha contra si condenações criminais, elas só tiveram o trânsito em julgado após os presentes fatos (05/09/2013).

Entendo que para o reconhecimento dos maus antecedentes pode ser levada em consideração a condenação transitada em julgado (exceto a que configure a reincidência), bem como o processo criminal em curso.

Assim já se posicionou o eg. Superior Tribunal de Justiça, firmando orientação no sentido de que a condenação por fato anterior, com trânsito em julgado posterior ao delito em exame, autoriza a caracterização de maus antecedentes, sem que isso configure ofensa ao princípio da presunção de inocência ou do non bis in idem, confira-se:

"(...) A condenação por fato anterior, mas com trânsito em julgado posterior ao crime em análise, justifica o reconhecimento dos maus antecedentes. Precedentes." (STJ. HC 222.869/DF, Rel. Mina. Laurita Vaz, 50 T, DJe 01/07/2013).

Para macular as circunstâncias do crime, o d. Juiz sentenciante considerou o fato de o acusado ter praticado o delito em concurso de agentes, o que, de fato, pesa contra ele.

Por fim, a meu ver, **o comportamento da vítima deve ser considerado**

Superior Tribunal de Justiça

neutro, pois ela não provocou ou facilitou a prática do crime.

Desta forma, **presentes duas circunstâncias desfavoráveis, reduzo a sua pena -base para 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 14 (quatorze) dias/multa.**

Na segunda fase, ausentes agravantes e presente a atenuante de menoridade relativa, reduzo a pena para 01 (um) ano e 01 mês e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e 11 (onze) dias/multa.

Por fim, à mingua de causas de aumento ou de diminuição, concretizo a reprimenda em 01 (um) ano e 01 mês e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e 11 (onze) dias/multa.

- Concurso de crimes.

Ante a existência do concurso material dos crimes, na forma do art. 69 do CP, somo as penas e concretizo a reprimenda total de Rogério em 13 (treze) anos de reclusão, 07 (sete) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão, em regime fechado, e 11 (onze) dias/multa à razão mínima de um trigésimo do salário mínimo na época dos fatos.

[...]

Quanto ao argumento de desproporcionalidade na redução dada à pena-base, tenho que razão não assiste à acusação, tanto em função da discricionariedade inerente aos juízos ordinários na valoração das circunstâncias judiciais, bem como, notadamente, com suporte na idoneidade do afastamento das circunstâncias judiciais negativadas pelo Juízo singular.

A propósito, *mutatis mutandis*:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA. ADEQUAÇÃO TÍPICA DA CONDUTA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

I - As conclusões do eg. Tribunal de origem a respeito da adequação típica da conduta não podem ser alteradas sem nova incursão no conjunto de fatos e provas colacionado aos autos. Tal providência não é viável em sede de recurso especial, a teor do enunciado sumular n. 7 desta Corte.

II - **A dosimetria da pena, quando imposta com base em elementos concretos e observados os limites da discricionariedade vinculada atribuída ao magistrado sentenciante, impede a revisão da reprimenda por esta Corte Superior, exceto se for constatada evidente desproporcionalidade entre o delito e a pena imposta, hipótese em que caberá a reapreciação para a correção de eventual desacerto quanto ao cálculo das frações de aumento e de diminuição e a reavaliação das circunstâncias judiciais listadas no art. 59 do Código Penal.**

III - *In casu*, o aumento da pena-base mostra-se, de fato, fundamentado, pois considerados o *modus operandi*, a organização, o planejamento e a estratégia na execução dos delitos, desempenhos por cada um dos agentes. Dessa forma, o

Superior Tribunal de Justiça

acórdão da origem consignou expressamente os motivos que acarretaram a exasperação da pena-base, não havendo tampouco desproporcionalidade no acréscimo.

[...]

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.449.193/CE, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 26/2/2018 – grifo nosso).

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MALFERIMENTO AOS ARTS. 59 DO CP E 42 DA LEI N.º 11.343/06. DOSIMETRIA. **PENA-BASE. QUANTUM DE AUMENTO. DISCRICIONARIEDADE DO JUÍZO.** VIOLAÇÃO AO § 4º DO ART. 33 DA LEI N.º 11.343/06. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255/RISTJ. INOBSERVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A QUANTIDADE DO ENTORPECENTE APREENDIDO NÃO JUSTIFICARIA, POR SI SÓ, A IMPOSIÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSÍVEL. DEMAIS PLEITOS PREJUDICADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *A confecção da dosimetria da pena não é uma operação matemática, e nada impede que o magistrado fixe a pena-base muito além do mínimo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto* (STF, RHC 101576, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, PUBLIC 14-08-2012).

2. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a incidência de eventuais causas de aumento ou diminuição de pena, bem como a fração a ser aplicada. Óbice do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça.

3. A não observância dos requisitos do artigo 255, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, torna inadmissível o conhecimento do recurso com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

4. "O intuito de debater novos temas, por meio de agravo regimental, não trazidos inicialmente no recurso especial, se reveste de indevida inovação recursal, não sendo viável, portanto, a análise, ainda que se trate de matéria de ordem pública, porquanto imprescindível a prévia irresignação no momento oportuno e o efetivo debate sobre os temas". (AgRg no AREsp 401.770/PI, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2013).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 933.564/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17/11/2016 – grifo nosso).

Outrossim, tenho que deve prosperar a manifestação do Ministério Público Federal, quando dispôs que *não se verifica ilegalidade na primeira fase da dosimetria. O tribunal, diante da presença de duas circunstâncias judiciais negativas, em cada crime, utilizando-se de seu juízo de proporcionalidade, elevou as penas-base de forma razoável. A revisão do quantum de aumento das penas somente é cabível na hipótese de flagrante falta de fundamentação e desproporcionalidade* (fl. 927 – grifo nosso).

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior

Relator

